

39º Encontro Anual da ANPOCS

MR 24 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: avanços alcançados, desafios colocados

OS EGRESSOS DO BOLSA FAMÍLIA: quem são? Onde estão? Como vivem?¹

Maria Ozanira da Silva e Silva²

RESUMO: O texto apresenta resultados de um estudo sobre os egressos do Bolsa Família no Estado do Maranhão (2009-2014), onde a população beneficiária é bem acima da média nacional. São destacados os principais impactos do Programa na vida das famílias egressas, considerando: trajetória de trabalho antes e depois do Bolsa Família; mudanças nas condições de vida das famílias enquanto inseridas no Programa e após seu desligamento, em relação à alimentação, educação, saúde de seus membros e na posição da mulher na família. Buscou-se identificar possíveis mudanças que permaneceram após o desligamento das famílias do Programa e as que deixaram de existir, bem como a opinião de egressos sobre o Bolsa Família e críticas e sugestões ao Programa. Utilizando-se revisão bibliográfica e documental; dados secundários provenientes do CadÚnico, observação, entrevistas com gestores e técnicos e grupos focais com representantes legais das famílias egressas, a primeira constatação foi a dificuldade para identificar e localizar quem eram os egressos do Bolsa Família. A principal conclusão foi que, para a maioria dos egressos, as melhorias pontuais e imediatas de condições de vida em decorrência da transferência monetária recebida enquanto inseridos no Programa não apresentou sustentação após o desligamento das famílias, verificando-se, inclusive, retrocessos nas condições imediatas da vida de algumas famílias. Por conseguinte, o estudo não encontrou evidências de que o Bolsa Família venha produzindo mudanças duradouras na vida dos seus egressos no Maranhão.

Palavras-chave: Bolsa Família. Egressos. Impactos. Maranhão.

ABSTRACT: The article presents the outcomes of a research about the egresses of the “Bolsa Família” in the State of Maranhão (2009-2014), where the beneficiary population is mayor than the national median. The main impacts of the Program on the life of the egress families were pointed out, considering: the job trajectory before and after “Bolsa Família”; changes on their life conditions while in the Program and after their detachment of the program, in relation to nutrition, education, health of their family members and on the position of the women in the family. It was searched for identify possible changes that remained after the detachment of the families of the program and that no more existed as well as the opinion, critiques and suggestions of the egress about “Bolsa Família”. Applying documental analysis, secondary data from “CadÚnico”, observation, interviews with manager and professionals, focal groups with legal representatives of the families, the first verification was the difficulty to identify and to locate who were the egresses of the “Bolsa Família”. The main conclusion was that, for the majority of the

¹ Esse artigo, apresentado ao 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2015, contém resultados parciais de estudos desenvolvidos com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do Governo brasileiro, voltada para a formação dos recursos humanos e a pesquisa e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à FOME (MDS).

² É doutora em Serviço Social; professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP www.gaepp.ufma.br) da mesma Universidade e pesquisadora, nível IA, do CNPq.

egresses, the improvements in their life conditions were punctual and immediate as consequence of the income transfer benefit and that improvements do not have maintenance after the detachment of the beneficiary families from the program, occurring a worsening in the immediate life conditions of same families. Therefore, the research do not find evidences that the Bolsa Família Program has been creating a long change in the life of their egresses in Maranhão.

Key words: Bolsa Família Program. Egress. Impacts. Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões desenvolvidas no presente texto têm como pressuposto o entendimento que programas como o Bolsa Família não podem ser avaliados apenas pelos seus resultados imediatos. Precisam ser considerados nos seus objetivos estratégicos que apontam para mudanças duradouras nas condições de vida das famílias beneficiárias. Isso significa que esses programas precisam ser avaliados na sua sustentabilidade e no seu potencial de impactar positivamente ou não na vida de gerações de brasileiros. Por conseguinte, a questão de referência é: até que ponto o Bolsa Família é capaz de articular programas estruturantes que possam criar condições para eliminação da miséria e da pobreza? Nessa perspectiva, os egressos do Programa precisam ser assumidos como sujeitos reveladores dos possíveis impactos duradouros que possam decorrer ou não de sua inserção enquanto beneficiários.

Sob a orientação desse pressuposto, são apresentados e problematizados resultados de uma pesquisa³ sobre os egressos do Bolsa Família no Estado do Maranhão, tendo como espaço geográfico do estudo empírico, realizado em 2014, os municípios de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar. O problema estruturado para investigação foi constituído por duas dimensões: a) **Identificação e caracterização dos egressos do Bolsa Família no Estado do Maranhão de 2009 a 2014**, buscando-se saber quem foi

³ Trata-se do projeto “Os egressos do Bolsa Família no Maranhão: dimensionamento e impacto sobre suas famílias e suas vidas” desenvolvido por equipe pesquisadores do GAEPP da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), assim constituída: Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva (coordenadora); Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima; Profa. Dra. Annova Míriam Ferreira Carneiro; Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa; Dra. Virgínia Moreira Guilhon, MS. Talita de Sousa Nascimento, Margarete Cutrim Vieira (mestranda em Políticas Públicas UFMA); Gleisa Campos (Graduanda em Serviço Social UFMA); Marlon Silva Reis (Graduando em Ciências Econômicas UFMA); Mayara Cristina Chaves Cantanhede (Graduanda em Ciências Econômicas UFMA) e Raphael Bruno Beserra Silva (Graduando em Ciências Econômicas UFMA). Registra-se, porém maior participação na elaboração de conteúdos que serviram de referência para o presente texto de Annova Míriam Ferreira Carneiro; Valéria Ferreira Santos de Almada Lima; Virgínia Moreira Guilhon e Talita de Sousa Nascimento.

desligado do Programa, os motivos do desligamento e seus atributos pessoais; b) **Identificação e caracterização** de possíveis impactos que o Bolsa Família possa ter provocado na vida das famílias egressas. Nessa dimensão foram considerados os seguintes aspectos: trajetória de trabalho antes, durante e depois do Bolsa Família; mudanças nas condições de vida das famílias enquanto inseridas no Programa e após seu desligamento, bem como possíveis impactos na posição da mulher na família. O foco foram as mudanças que as famílias possam ter vivenciado enquanto permaneceram e após o desligamento do Programa e as que não se mantiveram com o desligamento.

O objetivo geral que orientou a pesquisa teve a seguinte formulação: desenvolver estudo sobre os egressos do Bolsa Família nos últimos cinco anos no Estado do Maranhão considerando as causas do desligamento, os atributos pessoais dos egressos e a manutenção ou não de possíveis impactos vivenciados quando da inserção das famílias no Programa. Já os objetivos específicos foram direcionados para identificar causas de desligamento dos egressos do Bolsa Família no Estado do Maranhão nos últimos cinco anos; qualificar os atributos pessoais desses egressos; dimensionar a permanência ou não de possíveis impactos do Bolsa Família nas condições de vida dos egressos após desligamento, estabelecendo comparação com possíveis impactos vivenciados enquanto inseridos no Programa e identificar a trajetória de trabalho e a inserção de egressos do Bolsa Família em outros programas sociais federais, estaduais e municipais.

Em termos da proposta metodológica adotada, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa com foco em avaliação de impactos de programas sociais. A concepção adotada foi referenciada no entendimento de impacto enquanto mudanças duradouras e significativas nas condições de vida e de trabalho do público alvo de um programa (ROCHE, 2000). Por conseguinte, a pesquisa foi situada no campo da avaliação de políticas sociais, considerando que políticas e programas sociais geram impactos, mudanças, alterando condições de vida de pessoas, grupos e populações. Como tal, “[...] não se trata de ato neutro nem exterior às relações de poder; é ato técnico, mas também político; não é desinteressado, mas exige objetivação e independência e fundamenta-se em valores e no conhecimento da realidade.” (SILVA, 2013, p. 43-44). Ademais, “Uma boa e completa avaliação julga e explica.” (NEMES, 2001, p. 10), cabendo ao avaliador explicar as razões do êxito ou fracasso de uma política ou programa.

O Bolsa Família, entre outros programas de transferência de renda condicionada implementados na América Latina⁴, propõe-se a combinar objetivos imediatos, representados por melhorias nas condições de vida dos seus beneficiários, com objetivos estratégicos voltados para alterações na vida e na forma de inserção social dos seus beneficiários. Nesse aspecto, tem-se verificado que as avaliações de programas sociais tendem a se concentrar nos seus objetivos imediatos que, no caso do Bolsa Família, são expressos por indicadores como renda, taxa de matrícula e frequência ao sistema de ensino formal, número de controles médicos pediátricos e/ou ginecológicos, etc. (SILVA et al., 2015). São estudos quase sempre realizados durante o período de inserção das famílias nos programas, registrando-se a pouca incidência de pesquisas sobre os egressos dos programas sociais que certamente potencializariam o dimensionamento dos possíveis impactos decorrentes dos objetivos estratégicos dos programas sociais. Nesse aspecto, os objetivos estratégicos do Bolsa Família consideram “[...] retirar os destinatários da situação de pobreza e melhorar seu bem estar em questões básicas, assim como contribuir para a formação de capital humano de modo a lhes permitir uma efetiva inserção na sociedade da qual estão excluídos.” (SILVA et al., 2015, p. 5). O entendimento é que uma avaliação de impacto que busque dimensionar os objetivos estratégicos do Bolsa Família deve ir além dos seus beneficiários enquanto inseridos no Programa, buscando também considerar como sujeitos das avaliações os egressos, com vistas a verificar mudanças de longo prazo nas suas condições de vida e de trabalho após o seu desligamento. Nesse aspecto, o pressuposto é que os possíveis impactos de programas sociais são produtos de múltiplas determinações de variáveis contextuais que vão além do programa avaliado, que podem contribuir para determinação das mudanças identificadas (SILVA, 2013). Assim, as avaliações devem procurar desvendar as determinações articuladas em um sistema dinâmico e contraditório de relações que se implicam e se explicam estruturalmente, condicionando tanto a atuação dos formuladores, gestores e implementadores, quanto a dos sujeitos destinatários do Programa em foco (LIMA, 2008).

Sobre os procedimentos de pesquisas utilizados para identificação dos egressos do Bolsa Família no Estado do Maranhão, as causas de desligamento e seus

⁴ Sobre Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe, veja Silva (2014).

atributos pessoais, foi realizado levantamento documental e de informações junto ao Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, mediante dados fornecidos MDS.

A pesquisa de campo, voltada para dimensionar possíveis impactos que o Bolsa Família possa ter provocado na vida das famílias egressas, foi realizada nos três maiores municípios do Maranhão em termos de população e do quantitativo de famílias beneficiárias do Bolsa Família: São Luís, a capital, Imperatriz e São José de Ribamar. Nesses municípios foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a gestores, coordenadores e técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde ocorre o atendimento dos beneficiários do Bolsa Família, e grupos focais com representantes legais de famílias egressas.

Seguindo critérios definidos no Projeto, o estudo empírico foi realizado, em São Luís, em 50% dos CRAS (10) que atendiam o maior quantitativo de famílias egressas do Bolsa Família, sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com as coordenadoras dos CRAS, com a Secretária Municipal da Criança e Assistência Social e com assistentes sociais e psicólogas, técnicas dos CRAS. Foram ainda realizados grupos focais com representantes legais das famílias egressas. A realização das entrevistas e dos grupos focais foi antecedida por trabalho preparatório com a realização de reunião para apresentação e discussão do projeto de pesquisa, com a participação da Coordenadora Geral da Pesquisa, da Coordenadora da pesquisa de campo no município de São Luís; da titular da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS); da Secretária Adjunta e do Coordenador do Programa Bolsa Família. Foram, ainda, realizadas, posteriormente, duas reuniões, uma com coordenadores e técnicos dos CRAS, técnicos, superintendentes e Secretária Adjunta da SEMCAS, quando foram apresentados e discutidos os procedimentos metodológicos da pesquisa. A outra reunião contou com a participação de coordenadores e técnicos dos 10 CRAS selecionados, quando foi planejada a localização e mobilização dos domicílios das famílias egressas para compor os grupos focais. As famílias foram selecionadas de forma aleatória mediante informações de um Banco de Dados fornecido pela SEMCAS, constituído das famílias egressas do Bolsa Família em São Luís, no período 2009-2013. As famílias selecionadas foram então contatadas por telefone e posteriormente visitadas, com vistas a participar dos grupos focais. Nessa ocasião, foram prestadas informações sobre a pesquisa e feita a leitura e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que também foi utilizado com os integrantes de grupos focais em Imperatriz e em São José de Ribamar.

Dos grupos focais realizados em São Luís participaram 94 representantes legais de famílias egressas, dentre estes, 91 mulheres e 03 homens.

Por não dispor de bancos de dados sobre os egressos, a pesquisa empírica em Imperatriz e em São José de Ribamar enfrentou dificuldades para localização de famílias egressas, limitando significativamente o alcance da pesquisa empírica nesses municípios.

Em Imperatriz, a pesquisa empírica foi realizada nos 05 (cinco) CRAS em funcionamento. Foram ainda realizadas 09 (nove) entrevistas com gestores e uma ex-gestora do Bolsa Família, coordenadoras dos CRAS e técnicos, além de 02 (dois) grupos focais com egressos do Programa, possibilitados pela identificação de representantes de famílias egressas que estavam participando de um encontro programado sobre o *Bolsa Família* com beneficiários e egressos participantes de um CRAS Rural.

A pesquisa empírica realizada no município de São José de Ribamar ficou restrita a entrevistas semi-estruturadas com a Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Assistência Social, com o gestor municipal do Bolsa Família e com o coordenador do CadÚnico, com duas psicólogas, duas assistentes sociais e com a coordenadora do único CRAS do município. Igualmente, a não realização de grupos focais ocorreu pela inexistência de listagem das famílias egressas do Bolsa Família no Município e por não ter alcançado êxito os esforços de divulgação e mobilização desenvolvidos. Todavia, foram realizados contatos individuais com alguns egressos, cujo posicionamento foi incorporado no relatório da pesquisa, quando oportuno.

A pesquisa de campo nos três municípios seguiu os mesmos roteiros para realização das entrevistas e dos grupos focais,

Cabe ainda destacar que, no desenvolvimento da pesquisa, considerando o público alvo do estudo - egressos do Bolsa Família, foram enfrentados diversos limites e desafios, destacando-se dificuldades de acesso às informações sobre as famílias egressas. Verificamos que os CRAS, espaços institucionais onde ocorre o atendimento dos beneficiários do Bolsa Família, não mantêm informações sobre esse público, exceto São Luís, que, com as informações do CadÚnico, organizou um Banco de Dados especificamente para a realização da pesquisa. Outra dificuldade registrada em São Luís, onde ocorreu mais intensamente a pesquisa de campo, foi o acesso aos territórios. São bairros que em grande parte apresentam alto índice de violência, pela existência de tráfico de drogas com *bocas de fumo* em funcionamento a qualquer hora do dia. Ademais, grande parte das ruas apresentam sérios problemas para o acesso, verificando-

se a existência de ruelas e de terrenos acidentados. Outro problema de maior destaque foi a dificuldade de localização dos endereços das famílias pela numeração irregular/aleatória das casas e em razão de as famílias mudarem constantemente de endereço. Essas situações foram ainda agravadas devido a pesquisa ter sido realizada em ano de eleições (2014), ocasionando atrasos no cronograma dos trabalhos.

A exposição dos resultados da pesquisa segue apresentando a socioeconomia do espaço geográfico e a dimensão e o significado do Bolsa Família para o Maranhão. A seguir, é apresentado o perfil dos egressos do Bolsa Família no Estado. O artigo destaca, por fim, os principais resultados do estudo empírico, seguidos de reflexões conclusivas.

2 A REALIDADE DA SOCIOECONOMIA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA E DIMENSÃO E SIGNIFICADO DO BOLSA FAMÍLIA NO MARANHÃO

Esse item aborda inicialmente uma ligeira caracterização socioeconômica dos municípios espaços geográficos da pesquisa situados no contexto da realidade do Maranhão. Em seguida, são apresentadas algumas reflexões que destacam a dimensão e o significado do Bolsa Família para o Estado, enquanto um dos estados brasileiros que ostenta elevados índices de pobreza e de indigência.

2.1 Caracterização socioeconômica do Maranhão e dos municípios territórios da pesquisa empírica

Em termos demográficos, segundo dados do Censo de 2010, O Estado do Maranhão possuía uma população de 6.574.789 habitantes, que, distribuída em uma área de 331.937 km², apresentava uma densidade demográfica de 19,8 hab/km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Como já mencionado, São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar foram os municípios selecionados para realização da pesquisa empírica. Esses municípios são os maiores do Estado em termos populacionais totalizando uma população de 1.475.813 habitantes, 21,7% do total da população do Maranhão. Essa população tem a seguinte distribuição entre os três municípios: São Luís, com 1.014.837 habitantes, 15,4% da população total do Estado; Imperatriz, com 247.505 habitantes, 3,8%; e São José de

Ribamar, com 163.045 habitantes, compreendendo 2,5%⁵ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

São Luís, a capital do Estado, compreende uma área de 835 km², com uma densidade demográfica de 1.215,7 hab/Km². O município de Imperatriz, o segundo mais populoso do Estado, tem uma área de 1.369 Km² e uma densidade demográfica de 180,8 hab/km². Já o município de São José de Ribamar, o terceiro mais populoso do Estado, dispõe de uma área territorial de 388 km², com densidade demográfica de 419,8 hab/km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Os três municípios apresentam significativa participação na economia do Estado. São Luís ostentando o maior valor do Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão (R\$ 20,8 bilhões, 39,9%), que é de R\$ 52,2 bilhões. A segunda posição no PIB do Maranhão é de Imperatriz, com R\$ 2,5 bilhões (4,7%), já São José de Ribamar detém o nono maior PIB do Estado (R\$ 596,7 milhões, 1,6%) (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2014).

No geral, quando considerada a situação socioeconômica do Maranhão, os três municípios ostentam indicadores melhores que os do Estado, em seu conjunto. Todavia, mesmo com elevadas taxas de urbanização, São Luís e Imperatriz, com taxas superiores a 94%, apresentavam condições de trabalho ainda precárias com grande contingente de pessoas ocupadas sem carteira assinada (em São Luís são 31,2% e em Imperatriz, 37,8%). Já, São José de Ribamar, com uma população urbana de apenas 23,1%, tem 39,3% de pessoas ocupadas sem carteira assinada, situação essa bem melhor que a registrada no Estado, onde 50,8% da população ocupada não tinham carteira de trabalho assinada (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2014). Essa situação revela o grau de desestruturação do mercado de trabalho no Estado, o que repercute diretamente nos níveis de rendimento da população (SILVA et al., 2015). Nesse aspecto, a maioria da população desses municípios não possuía rendimento ou auferia menos de um 1 salário mínimo. Veja tabela abaixo:

⁵ Conforme a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) de 2014, a população estimada para São Luís era de 1.064.197; Imperatriz - 252.320; São José de Ribamar - 172.402; Maranhão - 6.850.884. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2014).

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal - Maranhão, São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar - 2010

Estado/Município	Até 1/4 SM %	Até 1/2 SM %	Sem Rendimento %
Maranhão	10,7	18,0	41,7
São Luís	5,4	8,4	36,2
Imperatriz	6,5	10,8	31,9
São José de Ribamar	6,6	10,6	40,0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

Nota: São incluídos na classe de não rendimento pessoas que só recebiam benefícios sociais.

Consequentemente, essa situação contribui para a existência de significativa parcela da população em situação de extrema pobreza, embora os dados referentes ao IDH e ao Índice de Exclusão Social do Estado e dos três municípios se encontrem acima de 0,500, conforme dados da tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Extrema pobreza nos domicílios particulares permanente

Estado/Municípios	Pobreza Extrema %	IDH	Índice de Exclusão Social
Maranhão	25,8	0,639	
São Luís	5,9	0,768	0,618
Imperatriz	5,6	0,731	0,596
São José de Ribamar	8,8	0,731	0,583

Fonte: (IBGE, 2010); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília, DF: PNUD/IPEA/FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015; GUERRA; Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Rinnie Aidrin. **Atlas da Exclusão Social no Brasil:** dez anos depois. São Paulo: Cortez, 2014. v. 1.

A esse quadro de condições desfavoráveis de trabalho e renda e da existência de um contingente elevado da população do Estado e dos municípios em situação de extrema pobreza, somam-se as carências na oferta dos serviços básicos, a despeito de os três municípios se situarem em um nível de alto desenvolvimento humano, conforme registrado na tabela 2 acima.

Os dados da tabela 3 abaixo apresentam deficiências no acesso da população a serviços de abastecimento de água com rede geral, com o melhor destaque para Imperatriz (90,7%). Essa deficiência também ocorre em relação ao lixo coletado por serviço de limpeza, novamente Imperatriz ostenta a melhor situação com acesso de 90,1%. A situação mais grave é o acesso ao esgotamento sanitário por rede geral ou pluvial, com acesso a esse serviço de somente 11,7% da população do Estado. Mesmo São Luís, a capital, detém um percentual de acesso ao esgotamento sanitário por rede geral e pluvial inferior a 50%. Sabe-se que o acesso a serviços de água, de coleta de lixo

e de esgotamento sanitário é fundamental para a saúde da população e que esses indicadores estão relacionados com a situação de pobreza das populações.

Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes segundo forma de abastecimento de água com rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou pluvial e lixo coletado por serviço de limpeza pública - Unidades e percentual - Maranhão, São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar - 2010

Estado/Município	Abastecimento de água com rede geral %	Esgotamento Sanitário: rede geral ou pluvial %	Lixo coletado por Serviço de Limpeza %
Maranhão	65,9	11,7	46,9
São Luís	76,4	46,7	86,3
Imperatriz	90,7	35,5	90,1
São José de Ribamar	65,1	9,7	77,5

Fonte: (IBGE, 2010).

Outro aspecto a destacar na situação econômica do Maranhão e dos municípios é a baixa capacidade de gerar receitas próprias, situando-os numa posição de elevada dependência fiscal, aqui entendida como a razão entre receita transferida e receita orçamentária. Nesse aspecto, segundo dados de 2012 da FINBRA/STN; SEPLAM e MDS, a Razão de Dependência do Maranhão foi de 55,6%, o que significa que 55,6% do total das receitas do Estado foram provenientes de transferências, sejam correntes ou de capital. Nos municípios, a dependência é ainda maior, com São José de Ribamar alcançando uma dependência de 90,8%; Imperatriz com 88,0% e São Luís com 69,1%. Especificamente no que se refere à participação do Bolsa Família na receita do Maranhão e dos três municípios, tem-se a seguinte situação: Maranhão com 17,2% de recursos transferidos pelo Bolsa Família para compor seu orçamento, em dados de 2012, enquanto São José de Ribamar contou com 20,1%, Imperatriz com 8,2% e São Luís com 7,3%.

Por conseguinte, o cenário do Estado do Maranhão e de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, a despeito de serem os maiores municípios em população, justifica a forte presença do Bolsa Família, enquanto mecanismo que vem contribuindo para o alívio imediato de uma situação de pobreza extrema no Estado.

2.2 A realidade do Bolsa Família no Maranhão

Dados sobre o número de famílias atendidas demonstram que o Bolsa Família vem ampliando a inclusão de famílias no Estado do Maranhão⁶. Em dezembro de

⁶ O Censo de 2010 estimou em 1.075.986 o número de famílias com renda perfil Cadastro Único no Maranhão e em 859.489, o número de famílias pobres com perfil Bolsa Família (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

2012, a cobertura era de 110,72% das família pobres e extremamente pobres com perfil do Bolsa Família, totalizando 951.611 famílias atendidas. Em dezembro de 2013, foram beneficiadas 962.011 famílias, com uma cobertura de 111,93% do público alvo. Essa tendência de elevação da cobertura foi mantida nos anos seguintes, de modo que, em maio de 2014, o Bolsa Família beneficiou no Maranhão 963.541 famílias, representando uma cobertura de 112,1% da estimativa de famílias pobres (BRASIL, [2015]). Dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) - Relatório de Informações Sociais (RIS), acessados em 04/09/2015, informaram que o Bolsa Família no Maranhão beneficiou, em agosto de 2015, 967.970 famílias (BRASIL, [2015]). Isso representava uma cobertura de 112,6% da estimativa de famílias pobres. Esses dados demonstram uma correta focalização na pobreza, considerando a realidade do Estado e os objetivos do Programa.

Sobre a cobertura do Bolsa Família nos municípios que compõem a amostra da pesquisa, verificou-se que em Imperatriz existiam 18.403 famílias pobres, dados do Censo 2010. Foram atendidas em Agosto de 2015, 16.417 famílias, o que representou 89,2% de cobertura das famílias elegíveis pelo Programa. Em São Luís, o Bolsa Família beneficiou, no mês de agosto de 2015, 82.466 famílias, quando a estimativa de famílias pobres com perfil Bolsa Família era de 77.096, segundo o Censo 2010, representando uma cobertura de 106,9% da estimativa de famílias consideradas pobres no município. Já São José de Ribamar beneficiou, em agosto de 2015, 128,6% das 16.314 famílias estimadas como pobres pelo Censo 2010, ou seja, foram 20.985 famílias atendidas. Portanto, Imperatriz foi o único município que não apresentou cobertura superior a 100% em agosto de 2015, e São José de Ribamar foi o município com maior percentual de atendimento do Bolsa Família no mês considerado. Ademais, foi registrado uma evolução no atendimento de famílias pelo Bolsa Família em São Luís e São José de Ribamar⁷ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Quando considerada a média de quatro pessoas por domicílio, a cobertura do Bolsa Família foi de 967.970 pessoas, em agosto de 2015, no Estado do Maranhão, representando quase 14,12% da população do Estado. Na mesma dimensão, foram atendidas em São Luís 82.466 pessoas, alcançando 7,74% da população do município.

⁷ Em dezembro de 2013, São Luís atingiu 109,17% e São José de Ribamar, 115,91% das famílias pobres com perfil Bolsa Família. Já Imperatriz, além de não ter conseguido atender, em julho de 2014, a totalidade das famílias consideradas pobres no município pelo Censo 2010, piorou seu desempenho em relação a dezembro de 2013, quando chegou a beneficiar 106,42% do público estimado.

Em Imperatriz foram incluídas 16.417 pessoas, correspondente a 6,50% do conjunto da população do Município. Com maior destaque situa-se São José de Ribamar, onde as 20.985 pessoas incluídas no Bolsa Família representavam 12,17%.⁸

Sobre o valor dos benefícios recebidos pelas famílias, segundo a SAGI/RIS (BRASIL, [2015])⁹, é perceptível o impacto do reajuste do valor da linha de extrema pobreza adotada pelo Programa para inclusão das famílias. Desse modo, verificou-se que, em maio de 2014, ou seja, antes do reajuste, o valor médio dos benefícios no Maranhão era de R\$ 173,27, superior à média nacional, que era de R\$ 149,76. Em julho de 2014, o valor médio dos benefícios recebidos pelas famílias beneficiárias no Maranhão alcançou R\$ 194,00, enquanto a média nacional era de R\$ 169,41. Esses dados demonstram a posição do Maranhão enquanto o Estado mais pobre da Federação, com 3.493.360 pessoas com renda per capita mensal de até R\$ 77,00, segundo dados do MDS, o que representava 53% da população do Estado (BRASIL, [2015]). Essa situação também reafirma o elevado poder de focalização do Bolsa Família em relação às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil.

Buscando-se o impacto do reajuste sobre a linha de extrema pobreza adotada pelo Bolsa Família, nos três municípios, segundo a mesma fonte, em São Luís, em maio de 2014, o valor médio dos benefícios recebidos pelas famílias foi de R\$ 135,52, enquanto registrou-se, em julho do mesmo ano, um valor médio da ordem de R\$ 152,81. Em Imperatriz e em São José de Ribamar, em julho, as médias dos benefícios recebidos pelas famílias foram, respectivamente, R\$ 168,25 e R\$ 175,70, verificando-se que somente São José de Ribamar obteve valor médio dos benefícios acima da média nacional.

Outro indicador da dimensão e significado do Bolsa Família no Maranhão é o valor das transferências do governo federal para pagamento dos benefícios para o Estado e para os municípios.

Dados do MDS indicaram que o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias do Maranhão no mês de julho de 2014 foi de R\$

⁸ Considerando a população como um todo, as médias de pessoas por domicílio não diferem significativamente das registradas nos domicílios cujas famílias recebem o Bolsa Família: 3,7 em São Luís, 3,6 em Imperatriz e 3,8 em São José de Ribamar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

⁹ Com o reajuste ocorrido, em junho de 2014, no valor que define a linha de extrema pobreza, para inclusão das famílias no Bolsa Família, de R\$ 70,00 para R\$ 77,00, ocorreu significativo impacto sobre o valor dos benefícios.

193.508.297,00. Para os municípios, Imperatriz foi o que recebeu o menor volume de recursos, R\$ 2.882.331,00), seguido de São José de Ribamar, que recebeu no mesmo mês R\$ 3.618.002,00 e para São Luís, os benefícios transferidos totalizaram, em julho de 2014, R\$ 13.453.345,00 (BRASIL, [2015]).

Por fim, destaca-se que o quantitativo de famílias beneficiárias, de valores dos benefícios monetários transferidos para essas famílias nos municípios e do montante de recursos transferidos para o Estado do Maranhão, representam significativa fonte de recursos para atenuar a situação de pobreza no Estado e para dinamizar as economias locais dos municípios.

3 O PERFIL DOS EGRESSOS DO BOLSA FAMÍLIA NO MARANHÃO: motivos do desligamento, educação, trabalho e rendimento

O entendimento que orientou a pesquisa foi que os egressos do Bolsa Família são sujeitos que integram o processo de implementação deste Programa. Por conseguinte, a categoria egresso precisa ser concebida a partir dos motivos que a constituem como tal.

O termo egresso significa aquele que saiu, que está afastado, de determinado grupo, comunidade, no caso dessas reflexões, de um programa. Os termos *ex-beneficiários* e *desligados* são também encontrados na literatura sobre o Bolsa Família (JESUS, 2015). Todavia, no caso específico do Programa em foco, foi identificada uma pequena produção de estudos acerca desse sujeito¹⁰.

No presente estudo, foi qualificada como família egressa, aquela que teve cancelados os benefícios recebidos do Programa. O cancelamento de benefícios e o consequente desligamento das famílias beneficiárias do Bolsa Família constitui uma

¹⁰ Em levantamento bibliográfico realizado sobre estudos de egressos do Bolsa Família, só foram identificados dois estudos específicos: **Estudo sobre o Perfil das Famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral** (2014) da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); **Proteção Social?! Bolsa Família e Trajetórias Sociais de Egressos** (2010) de Márcia Emília Rodrigues Neves. A essas publicações, podem ser acrescentados o desenvolvimento de dois projetos de pesquisas, recentemente concluídos, a partir dos quais estão sendo elaborados textos para publicação: **Os egressos do Bolsa Família no Maranhão:** quem são, como vivem e o significado do Programa para suas vidas (2015) de Maria Ozanira da Silva e Silva e outros; **Os egressos do Bolsa Família no Rio Grande do Norte:** avaliação de impacto do Programa sobre suas famílias e suas vidas (2015) de Andrea Cristina Santos de Jesus. O primeiro foi desenvolvido no período de março de 2014 a junho de 2015 no contexto do Edital MCTI-CNPq/MDS-SAGI No.24/2013. O segundo foi implementado de agosto de 2014 a julho de 2015, no contexto de um estágio pós-doutoral junto ao PGPP da UFMA, com concessão de bolsa pelo CNPq.

situação motivada por um conjunto de situações, conforme estabelecem as Portarias GM/MDS n.º. 555 de 11 de novembro de 2005, complementada e atualizada pelas Portarias GM/MDS n.º. 344 de 21 de outubro de 2009, e n.º. 617 de 11 de agosto de 2010:

- I- Desligamento voluntário;
- II- Decisão Judicial;
- III- Ocorrência de repercussão cadastral que implique em ineligibilidade ao PBF, em especial nas seguintes situações:
 - a) Depois de encerrado o período de validade do benefício, caso a renda familiar *per capita* no Cadastro Único permaneça superior à estabelecida para o PBF, nos termos do § 3º. do Art. 6º. da Portaria 617 de 11/08/2010;
 - b) Cadastro excluído da base nacional do cadastro único;
 - c) Renda familiar mensal *per capita* superior ao limite de meio salário mínimo, utilizado no âmbito do Cadastro Único.
- IV- Não adequação às regras de definição de cadastro válido, citadas no Inciso II, do Art.4 da Portaria GM/MDS n.º. 376/2008
- V- Decurso do prazo de permanência do benefício na situação “bloqueado” há mais de 6 meses a contar da data da notificação do bloqueio à família beneficiária;
- VI- Acúmulo de benefícios financeiros do PBF com os do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- VII- Em decorrência da não realização da revisão cadastral das famílias beneficiárias do PBF no prazo normativo;
- VIII- Omissão de informação ou de prestação de informações falsas, apurados em cruzamento do CadÚnico, com outras bases de dados;
- XI- Posse em cargo eletivo de beneficiário do PBF em cargo eletivo remunerado de qualquer das três esferas do governo;
- X- Em decorrência de procedimentos de fiscalização do MDS;
- XI- Em cumprimento à Portaria GM/MDS n.º.321/2008, que trata da gestão de condicionalidades do PBF:
 - a) Descumprimento de condicionalidades, ou;
 - b) Ausência de informações sobre o acompanhamento de condicionalidades, na forma do Art.10 da Portaria GM/MDS n.º.321/2008.
- XII- Reiterada ausência de saques de benefícios, em 6 (seis) parcelas consecutivas, na forma do Art. 24 do Decreto 5209/2004;
- XIII- Esgotamento do prazo estipulado pela SENARC para ativação do cartão magnético nos estabelecimentos credenciados;
- XIV- Em decorrência de cancelamento de todos os benefícios variáveis, quando a família não possuir benefício básico concedido;
- XV- Em decorrência de cancelamento do benefício básico, quando a família não possuir benefícios variáveis concedidos;
- XVI- Em função da prescrição do benefício variável de caráter extraordinário, quando a família não possuir benefícios básico ou variáveis concedidos. (BRASIL, 2005; 2009; 2010).

No caso específico do desligamento por descumprimento de condicionalidades, tem-se, segundo a Portaria 251, de 12 de dezembro de 2012, um processo de efeitos gradativos que vão desde a advertência da família, passando pelo bloqueio e pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento.

O exposto indica a existência de variadas situações que determinam o desligamento de uma família beneficiária do Bolsa Família. Todavia, é prevista a

possibilidade de reinserção das famílias desligadas, desde que os motivos do desligamento sejam cessados e a família reinicie seu processo de inserção.

Para construção do perfil dos egressos do Bolsa Família no Maranhão, foram utilizadas informações do CadÚnico fornecidas pelo MDS, contendo duas bases de dados: uma com dados específicos dos Egressos e da família e a outra contendo informações selecionadas sobre todas as pessoas cadastradas no CadÚnico do Estado do Maranhão.

As informações sobre os egressos, indicadas nas tabelas abaixo¹¹, foi produto do cruzamento das informações das duas bases de dados. Assim, o quantitativo de desligamento das famílias encontra-se na tabela **Tabela 4**, que dispõe sobre a quantidade de benefícios do Bolsa Família cancelados, no período 2009 a 2013, com um total de 401.976, alcançando uma média de 80.395 cancelamentos por ano, o que representou uma taxa anual de crescimento média de 19,6%.

Tabela 4 - Quantidade de benefício cancelados* do Bolsa Família, por ano - 2009 a 2013

Data em que o benefício foi cancelado	Frequência
2009	56.420
2010	85.237
2011	68.398
2012	76.617
2013	115.304
Total	401.976

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de Informação Social** – **MI Social**. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em:<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=88>>. Acesso em: 4 abr. 2014

Nota: *No arquivo aparece o nome cancelado e não desligado.

Na **Tabela 5**, encontram-se registrados os quantitativos dos motivos de cancelamentos das famílias cadastradas no Bolsa Família no período de 2009 a 2013, sendo mais frequentes os seguintes motivos: Cadastro excluído da base nacional do CadÚnico (15,9); Encerramento do prazo para revisão cadastral (14,3%); reiterada ausência de saque de benefícios (13,6%); para averiguação/auditoria (10,5%). Esses motivos representaram, no período analisado, 54,3%, não sendo verificada sua relação com a melhoria da renda das famílias beneficiárias, motivos estes que totalizaram 63.522 (15,8%).

¹¹ As tabelas 4, 5, 6, 7 e 8, inseridas neste item, foram apresentadas originariamente em Silva e outros (2015).

Tabela 5 - Motivos de cancelamentos do Bolsa Família - 2009 a 2013

Ordem	Motivo	Frequência	(%)
1	Cadastro excluído da base nacional do CadÚnico	63.748	15,9
2	Encerramento do prazo para revisão cadastral	57.366	14,3
3	Reiterada ausência de saque de benefícios	54.657	13,6
4	Para averiguação/auditoria	42.326	10,5
5	*Renda per capita familiar superior ao estabelecido pelo programa	39.521	9,8
6	Cancelamento de todos os beneficiários variáveis	25.865	6,4
7	Excedido tempo de permanência no programa	22.293	5,5
8	*Renda familiar per capita superior meio salário mínimo	15.194	3,8
9	Decurso prazo de permanência do benefício situação bloqueado	12.804	3,2
10	Cancelamento de outros benefícios da família	12.600	3,1
11	Família com todos os benefícios cancelados	11.966	3,0
12	Família sem indicação de responsável familiar no CadÚnico	9.859	2,5
13	*Multiplicidade de cadastramento	6.795	1,7
14	Repercussão de alteração cadastral - renda per capita familiar superior ao estabelecido p/ programa	6.499	1,6
15	Repercussão de alteração cadastral - família excluída do CadÚnico	4.722	1,2
16	Domicílio inativo 300	2.805	0,7
17	*Desligamento voluntario da família do programa	1.994	0,5
18	Descumprimento reiterado de condicionalidades do programa	1.693	0,4
19	Geração indevida	1.633	0,4
20	Migrado para o benefício variável jovem	1.366	0,3
21	Repercussão de alteração cadastral	1.293	0,3
22	Decisão judicial	1.075	0,3
23	Cancelamento de todos os benefícios variáveis	1.018	0,3
24	Informação escola desatualizada no CadÚnico há mais de 12 meses	728	0,2
25	Acumulo de benefícios financeiros do programa com o PETI	552	0,1
26	Beneficiário desligado da família	321	0,1
27	Idade fora do limite permitido	239	0,1
28	*Posse em cargo eletivo	225	0,1
29	Outros motivos	785	

Fonte: (BRASIL, [20--?]).

Nota: *Motivos de cancelamentos relacionados à melhoria na renda das famílias beneficiárias.

Sobre a taxa de analfabetismo dos egressos do Bolsa Família no Maranhão, a **Tabela 6 abaixo**, registra 117.935 egressos analfabetos no período de 2009 a 2013, o que representava 21,9% do total de 542.138 egressos. Esse percentual era superior à taxa de analfabetismo do Estado (17,9%).

Tabela 6 - Taxa de analfabetismo dos Egressos e do Maranhão

Egressos - Total			% de Analfabetos Maranhão 2013
Pessoas	Analfabetos	% de Analfabetos	
542.138	117.935	21,9	17,9

Fonte: (BRASIL, [20--?]).

Já, a respeito da escolaridade dos responsáveis das famílias egressas, a **Tabela 7**, abaixo, registra que 46,6% tinham ensino fundamental e 23,2% tinham ensino médio, sendo o percentual de analfabetos de 23,6%, portanto, superior ao registrado para o conjunto dos egressos.

Tabela 7 - Escolaridade dos Egressos e do Maranhão - 2009 a 2013

Característica do Responsável Familiar - Escolaridade							
Indicador	Responsáveis	Analfabetos	Fundamental	Médio	Educação de Jovens e Adultos (EJA)*	Alfabetização para adultos	Outros
Total	186.930	44.112	87.061	43.367	913	186	11.291
Percentual (%)	100,0	23,6	46,6	23,2	0,5	0,1	6,0

Fonte: (BRASIL, [20--?]).

Nota: Considerou-se o EJA Fundamental e Médio.

Buscando dimensionar a inserção dos egressos do Bolsa Família no Estado do Maranhão no trabalho, no período 2009-2013, a **Tabela 8**, abaixo, registra uma elevada taxa de desocupação dos chefes de famílias, 81,6%, o que compreendia 152.532 pessoas. Ademais, a tabela também registra que o baixo percentual dos chefes de famílias que tinham alguma ocupação, menos de 20%, desenvolviam atividades de natureza variada e instável, com um percentual de 44,8% destes desenvolvendo atividades agrícolas; 42,2% trabalhavam por conta própria, dentre outras atividades. Destes, 10,9% eram trabalhadores com carteira de trabalho assinada; 7,9% eram trabalhadores sem carteira assinada. Esses dados revelam que os chefes de famílias beneficiárias do Bolsa Família no Maranhão vivenciam uma situação precária revelada pelo elevado percentual de desocupados e, mesmo o baixo percentual que se encontrava ocupado estava desenvolvendo atividades precárias e instáveis, situação que comprova o elevado índice de pobreza já registrado no Maranhão, o que justifica o elevando número de famílias inseridas no Bolsa família nesse Estado.

Tabela 8 - Condição do Responsável Familiar segundo Ocupação - 2009 a 2013

Característica do Responsável Familiar - Trabalho													
Indicador	Responsável	Desocupado	*Ocupado - semana de referencia										
			Ocupado -semana de referencia	Ocupado em atividade Agrícola	Trabalhador temporário em área rural	Trabalhador por conta própria	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Empregado com carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador Doméstico com carteira de trabalho assinada	Trabalhador não remunerado	Militar ou servidor público	Empregador
Total	186.930	152.532	34.398	15.394	7.052	14.532	2.734	3.735	1.043	293	1.200	1.777	22
Percentual (%)	100,0	81,6	18,4	44,8	20,5	42,2	7,9	10,9	3,0	0,9	3,5	5,2	0,1

Fonte: (BRASIL, [20--?]).

Sobre as fontes de rendimento das famílias egressas do Bolsa Família, no mesmo período, no Maranhão, dados do CadÚnico, registrados na **Tabela 9**, indicam que o rendimento familiar médio dos egressos era de R\$ 411,27 e o rendimento médio *per capita* de R\$ 141,82, sendo a aposentadoria a maior fonte de rendimentos dessas famílias, com renda familiar média de R\$ 678,75 alcançado por 24,2% das famílias. O rendimento do trabalho ocupa a segunda posição, com renda familiar média de R\$ 321,97, alcançada por 24,3%, dessas famílias. Das fontes de rendimentos contabilizadas, a que está presente na maior parte das famílias é a opção *outras fontes de rendimentos* (exceto Bolsa Família ou outras transferências similares), que compõem a renda de 29,3% das famílias, com rendimento familiar médio de R\$ 185,70. Esses dados reafirmam a condição de trabalho instável e precário, com rendimentos que comprovam a larga dimensão da pobreza e da extrema pobreza no Estado loco da pesquisa.

Tabela 9 - Rendimento Familiar do Egressos segundo fontes de rendimentos - 2009 a 2013

Rendimento Familiar									
Indicador	Famílias	Todos os rendimentos	Rendimento per capita	Remuneração de todos os trabalhos	Ajuda/doação regular de não morador	Aposentadoria, apos. Rural, pensão, BPC/Loas	Seguro Desemprego	Pensão Alimentícia	Outras fontes de remuneração*
Média familiar mensal (R\$)	187.207	411,27	141,82	321,97	155,45	678,75	441,99	200,70	185,70
Famílias Total	187.207	102.334	-	45.483	2.707	45.239	793	2.149	54.812
Famílias (%)	100,0	-	-	24,3	1,4	24,2	0,4	1,1	29,3

Fonte: (BRASIL, [20--?]).

Nota: *Exceto Bolsa Família ou outras transferências similares.

Por conseguinte, os dados apresentados sobre dimensões importantes do perfil dos egressos do Bolsa Família no Maranhão: educação, trabalho e rendimento, reafirmam a condição de pobreza e de indigência de grande parte da população do Maranhão, situando o Estado em posição inferior à média nacional e regional.

4 PONTUANDO E APRESENTANDO RESULTADOS DE ESTUDO EMPÍRICO SOBRE FAMÍLIAS EGRESSAS DO BOLSA FAMÍLIA NO MARANHÃO

Na apresentação e discussão dos principais resultados do estudo empírico sobre as famílias egressas do Bolsa Família no Maranhão, realizado nos municípios de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, são aqui destacados como principais eixos reveladores da realidade estudada: acompanhamento dos egressos; possíveis impactos ocorridos na vida das famílias enquanto permaneceram no Programa em decorrência da transferência monetária e dos programas e ações complementares disponibilizados; trajetória de trabalho das famílias beneficiárias antes, durante e depois da inserção no Bolsa Família; permanência de mudanças mantidas e mudanças interrompidas na vida das famílias após seu desligamento e autonomia da Mulher.

Como já mencionado, uma das maiores dificuldades para realização da pesquisa empírica, quando foram desenvolvidas entrevistas semi-estruturadas com gestores e técnicos e grupos focais com representantes legais das famílias egressas, foi a identificação dos egressos do Bolsa Família, principalmente em Imperatriz e em São José

de Ribamar. Essa dificuldade ficou reafirmada quando foi constatado que inexistia, nos 03 (três) municípios, seguimento sistemático de egressos, nem mesmo era considerada essa possibilidade por parte das secretarias gestoras do Bolsa Família. É como se o egresso não tivesse mais qualquer relação com o Programa, perdendo-se, assim, o vínculo capaz de revelar os impactos duradouros do Programa sobre o foco de sua intervenção.

A fala, a seguir, ilustram o posicionamento da maioria das entrevistadas:

[...] inexistente acompanhamento das famílias egressas ‘não tem nenhuma iniciativa ainda nesse sentido’. O CRAS já tem muita demanda diante da equipe existente, por isso deveria ter uma equipe específica para fazer o acompanhamento das famílias egressas. (Depoimento de Técnica CRAS João de Deus).

A respeito da possibilidade de impactos em decorrência da transferência monetária e dos programas e ações complementares disponibilizadas às famílias beneficiárias do Bolsa Família, a grande maioria das entrevistadas (técnicas e coordenadoras), de São Luís, declarou que o principal, o mais visível e imediato impacto do Programa é no incremento da renda das famílias, com elevação do seu poder aquisitivo: “[...] o impacto mesmo é na renda com a complementação possibilitada.” (Depoimento de Técnica CRAS Coroadinho); “[...] só o fato de tirar aquela família da situação de extrema pobreza, de ter pelo menos condições de aquisição de alimentos com essa renda [...] que é primordial pra sobrevivência [...] eu acho que isso já é uma coisa muito importante.” (Depoimento de Coordenadora do CRAS Anil). Em decorrência, é destacada a melhoria dos padrões alimentares das famílias, seguida da aquisição de bens, roupas, remédios e pagamento de algumas contas domésticas. Esse aspecto é revelador de que o Programa se destaca por possibilitar ao atendimento de necessidades imediatas, “[...] mesmo sendo considerada por muitos que o valor monetário transferido é um valor pequeno, mas que ‘ajuda’.” (Depoimento de Técnica CRAS João de Deus). Todavia, se para muitos esse valor é considerado *pequeno*, para grande parte dos beneficiários constitui-se num complemento importante para a sobrevivência da família diante de rendas incertas, inseguras e imprevisíveis em decorrência da inserção em atividades laborativas instáveis, caracterizadas pelas próprios sujeitos da pesquisa como *bicos*. Acrescenta-se a essa realidade o fato de que o benefício recebido, muitas vezes, representa a principal renda da família, a única com que podem contar mensalmente “[...]”

pra muitos que vivem de bico, esse mês não teve o bico, mas tem lá o Bolsa Família que é o certo, que é fixo.” (Depoimento de Técnica CRAS João de Deus).

Para além do impacto imediato de elevação da renda das famílias com repercussões positivas na melhoria dos padrões alimentares, as entrevistadas e as representantes legais das famílias egressas, de um modo geral, apontaram impactos na educação, com destaque à permanência das crianças na escola.

A educação foi vista pelo potencial de provocar impacto na vida dos beneficiários mediante elevação da frequência escolar e da redução do trabalho infantil, o que é ilustrado pela seguinte fala:

Outro impacto importante é o número de crianças na escola. O índice de frequência escolar aumentou muito. Então, hoje em dia o número de crianças na rua vendendo coisas é muito menor. Se a gente for fazer uma avaliação e se reportar a 10 anos atrás em relação à quantidade de crianças que estavam em condição de trabalho infantil, hoje é bem menor. (Depoimento de Técnica CRAS Anjo da Guarda).

Ainda sobre educação, as técnicas entrevistadas e a coordenadora do CRAS João de Deus concordaram que as famílias, em geral, não percebem a escola como um direito da criança e que, por essa razão, não exigem uma escola de qualidade. Expressaram também que poucas beneficiárias veem a educação como uma alternativa para mudança de vida e que a maioria manda as crianças e adolescentes para a escola por *obrigação para não perder o benefício*.

Pelo menos o que eu tenho percebido, na questão escolar, as crianças e os adolescentes têm uma evolução considerável, até porque têm a frequência escolar e isso impacta a medida que se a criança não vai pra escola, o benefício tem uma restrição, é bloqueado, cancelado, é temporariamente suspenso [...] (Depoimento de Coordenadora CRAS Anil).

Sobre possíveis impactos na saúde das famílias, foram mencionados como menos expressivos, ocorrendo, sobretudo, enquanto inseridas no Programa. Nesse aspecto, foram mencionados: elevação da frequência aos postos de saúde para vacinação, pesagem, realização de consultas e realização de pré-natal. Todavia, consideraram que essas mudanças não são sustentadas quando as famílias são desligadas do Programa, o que reforça a leitura sobre as condicionalidade como mera obrigação e *condição para não sair do Bolsa Família*, ao invés de constituir-se numa estratégia educativa com possibilidade de produzir impacto duradouro na vida dessas famílias: “Por força da condicionalidade da saúde tem sido elevada à frequência aos postos de saúde para

realizar o acompanhamento definido pelo Bolsa Família enquanto contrapartida da família.” (Depoimento de Coordenadora CRAS Coroadinho).

Ainda tratando da saúde, a maioria das beneficiárias denunciou a dificuldade de acesso a serviços de saúde, sobretudo para realização de consultas e exames. Queixaram-se das filas para marcar atendimento; da qualidade dos serviços ofertados para a população e da falta de medicamentos que deveriam ser distribuídos gratuitamente para as pessoas que têm doença crônica. Sobre essa questão duas das entrevistadas relataram:

Esse dinheiro do Bolsa Família é pra comprar meus remédios que eu sou diabética, sou hipertensa e o posto de saúde nunca tem. O governo diz que tem um programa de remédio de graça pra quem tem doença crônica, mas nunca tem. (Depoimento de RF João de Deus).

A dificuldade é grande moça [...] olha não é fácil marcar consulta, porque é muita gente. Chega no hospital é muito cheio e às vezes a gente consegue marcar, mas quando chega no dia o médico não aparece [...] assim não dá pra dizer que a saúde aqui tá boa não. (Depoimento de RF Coroadinho).

Entre outros possíveis impactos ainda destacados, foram mencionados: motivação de as famílias buscarem outros meios para garantir a sobrevivência para além do Bolsa Família, a partir do trabalho, com participação em palestras e outras atividades desenvolvidas nos CRAS; regularização da documentação dos membros da família, visto que é exigida a apresentação de todos os documentos no processo de inscrição do Cadúnico, para poder participar do Bolsa Família: “Então, força os pais, responsáveis, a buscarem esse documento, porque muitas vezes eu já atendi casos em que a mãe tem 3 filhos e uma criança não tem a certidão de nascimento.” (Depoimento de Técnica CRAS Coroadinho).

As entrevistadas também fizeram referência à redução do trabalho infantil pela inclusão de crianças e adolescentes nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvidos nos CRAS; ao incremento da economia local com a circulação dos recursos recebidos pelas famílias nos municípios e ao incentivo à garantia de direitos previdenciários pelas donas-de-casa e, em menor proporção, foi destacada a qualificação profissional, propiciada, em geral, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além de outras ações voltadas para a geração de trabalho e renda que contribuiriam para que um número pouco expressivo de famílias conseguisse inserção no mercado formal ou geração renda de forma autônoma a partir de habilidades aprendidas durante a participação em cursos.

Com relação à trajetória de trabalho das famílias egressas, a maioria dos gestores, técnicos e coordenadores entrevistados afirmou não ser possível a identificação por não haver acompanhamento de família egressa do Bolsa Família. Porém, consideraram que a maioria das famílias **antes e durante** a inserção no Bolsa Família exercem atividades laborativas consideradas como *bicos*, o que as autoriza a afirmar que o rendimento auferido, mediante o exercício de tais atividades, é instável e insuficiente diante das necessidades das famílias. Embora, não tenham informação sobre a questão do trabalho **depois** do Bolsa Família, a maioria dos entrevistados, acredita que essa situação permanece inalterada para a maioria das famílias, pela baixa escolaridade que, em geral, os membros dessas famílias possuem; pelo pouco alcance dos cursos de qualificação profissional; pelos limites encontrados para a geração de trabalho e renda de forma autônoma e pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou pela dinâmica mesma desse mercado que marginaliza amplos segmentos de trabalhadores.

Para maioria das representantes das famílias egressas de São Luís e Imperatriz, onde foi possível obter relatos para essa questão mediante a realização de grupo focal, a situação de trabalho praticamente não sofreu alteração, pois relataram continuar exercendo a mesma atividade que antes. Por conseguinte, observou-se que os depoimentos da maioria das gestoras, técnicas, coordenadoras dos CRAS dos municípios pesquisados e egressas da capital e Imperatriz convergem, ao considerar que praticamente não houve mudanças na trajetória de trabalho da maioria das famílias, mantendo a situação inalterada, na maioria dos casos, visto que, quase sempre, permanecem exercendo a mesma atividade laborativa, durante e depois da participação no Bolsa Família. As técnicas e coordenadoras ressaltaram que as informações que dispõem são resultantes dos acompanhamentos das famílias beneficiárias nos CRAS e, apesar de não acompanhar as famílias egressas, consideram que grande parte certamente não muda de atividade ao ser desligada.

Permanecem, porque pela própria transferência não dá pra ficar só no Bolsa Família. Como se sabe é um acréscimo na renda da família, por isso é necessário, porque sem aquela renda a família fica numa situação bem complicada na questão da própria sobrevivência. (Depoimento de Coordenadora CRAS Anil).

No município de São Luís, de acordo com as técnicas e as coordenadoras, a maioria dos beneficiários do Bolsa Família vive de trabalho informal, dificilmente tem carteira assinada, salário mínimo, vive de bicos, são autônomos, portanto sem vínculo

com empresas ou instituições. As mulheres que são cerca de 97% do público atendido no CRAS e que são a Responsável Familiar (RF) são geralmente donas-de-casa e, quando trabalham, é como faxinas, lavagens de roupa, manicure/pedicura, doces, vendas informais diversas (cosméticos, lanches, bijuterias, etc.). Trata-se, em sua maioria, de pessoas com baixos níveis de escolaridade e baixa formação profissional. Desse modo, a sobrevivência da família depende, muitas vezes, da participação em programas de transferência de renda. Já, as egressas que participaram de grupos focais apresentaram depoimentos que indicaram a inalteração de atividades do trabalho de membros da família após o desligamento: “Trabalhava como pedreiro. Ficava desempregado, voltava de novo. Agora está desempregado, só fazendo bicos. O filho que trabalhava e agora tá desempregado.”; “Quando se cadastrou: só viviam da pensão (da mãe) e da venda de lanche continua vendendo lanche pela noite [...] batatinha frita, bolo.” (Depoimentos de RFs Bairro de Fátima); “Eu recebia o dinheiro da Bolsa Família e fazia faxina. Agora não posso mais fazer faxina, tô com problema de saúde e menopausa junto [...]” (Depoimento de RF Vila Bacanga).

Os relatos são coerentes com o critério para ingresso das famílias no Bolsa Família que determina uma renda per capita familiar muito baixa (até R\$ 154,00), decorrente de atividades instáveis e mal remuneradas (bicos, trabalhos informais, autônomos), atividades cuja renda não é comprovada, permitindo receber o benefício e permanecer com essas atividades.

Se essa é a realidade das famílias inseridas no Bolsa Família, procurando identificar na pesquisa empírica as mudanças que permaneceram e as que foram interrompidas com o desligamento do Programa, a mesma realidade revelou que, na maioria dos casos, tornar-se egresso não significa uma forma de autonomização da família. Nesse aspecto, grande parte das representantes familiares, deixou explícito o desejo e a necessidade de retornar ao Programa, demonstrando que a saída representou a perda de um reforço na renda familiar, sendo vista como algo negativo, pela maioria, pela dificuldade permanente em suprir necessidades básicas com a continuação da situação de vulnerabilidade social.

Depreende-se que as mudanças identificadas pelas beneficiárias, quando inseridas no Bolsa Família, não permanecem com o desligamento, com exceção da educação, conforme fora apontado. Isso conduz ao entendimento de que o Programa tem produzido efeitos/mudanças que não são duradouras. A necessidade de permanecer no

Programa expressa a busca de segurança por não dispor de um trabalho certo e seguro com que possam contar, daí o grande destaque atribuído à importância do Bolsa Família para suas vidas, conforme o depoimento abaixo:

Mesmo sendo pouco, já dá. Porque mesmo você morando de aluguel e você fazendo um bico ali, aí dá pra você pagar aluguel. Aí você recebendo Bolsa Família, dá pra você comprar comida, comprar um remédio. Porque às vezes você faz um bico aqui, ganha um pouco e mais o Bolsa Família já melhora [...] já serve, porque nem sempre arranjo faxina e quando arrumo me pagam 30 reais, 40 reais. Quando eu acho uma que tem um coração bom, às vezes me dá 60, às vezes é 25, teve uma que veio me dar 15 reais. Então, se voltasse a receber, seria uma boa. (Depoimento de RF Liberdade).

Esse relato expressa a dependência ao Programa, enquanto outras falas de egressas afirmam o quanto o Programa foi importante em suas vidas, expressando a expectativa de voltar a participar, principalmente para receber o benefício financeiro: “O Bolsa Família representou tudo. Essa Bolsa me deu tudo de bom. Mesmo que eu não volte pro Programa, eu quero que aumente o valor para melhorar a vida das pessoas.”; “Depois que eu comecei a receber, na época eu pagava as contas e consegui um curso profissionalizante e também uma casa do ‘Minha Casa, Minha Vida’. Se eu voltasse a receber, seria bom demais.” (Depoimentos de RFs Liberdade); “Uma família que tem três, quatro, cinco filhos, um pouquinho que seja, ajuda. Não dá pra comprar pra todos, mas dá pra comprar, suprir a necessidade de um. Então, é com certeza, ele é muito importante pras famílias.” (Depoimento de RF São Raimundo).

É possível perceber, na maioria das falas das famílias egressas, o desejo e a necessidade de voltar a participar do Programa, o que demonstra a persistência de situações da pobreza vivida.

Grande parte dos gestores, técnicas e coordenadoras dos municípios estudados afirmou a dificuldade de a família romper com a situação de vulnerabilidade social em que se encontra dado os desafios enfrentados no cotidiano. Apontaram a dificuldade para as famílias melhorarem de vida, posto que, no geral, são mulheres que:

Têm ensino fundamental, trabalham de diarista, têm 3 filhos dentro de casa, pra gerenciar, pra alimentar, por mais que elas queiram romper com essa situação que elas se encontram, é complicado porque, muitas vezes elas não têm com quem deixar essa criança, aí vai pra educação que não tem uma creche decente. Aí essa mãe conta com um vizinho, conta com um conhecido que possa cuidar dessa criança. No caso de mães que têm pessoas com deficiência a situação fica mais complicada, porque ou elas dependem do

Bolsa Família ou ela entra pelo BPC¹², então ela fica totalmente dependente dessa renda. (Depoimento de Coordenadora CRAS Coroadinho).

Diante dessa realidade, procurou-se também dimensionar na pesquisa o que vem sendo denominado de fortalecimento da autonomia da mulher enquanto sujeito preferencial para administrar os recursos recebidos do Bolsa Família, o que pode ser verificado nas seguintes falas de coordenadoras e técnicos:

A mulher é a referência da família no Programa [...] ela tem o cartão, ela saca o dinheiro e ela decide o que comprar. Então eu acho que isso contribui de algum modo para empoderar a mulher. Dá uma certa independência mesmo que mínima. (Depoimento de Coordenadora CRAS Vila Bacanga).

Uma coisa que o pessoal coloca muito também em relação ao Bolsa Família é que antigamente as mulheres que não trabalhavam, dependiam só do marido, do companheiro, então ele mandava mesmo, “sou eu que mando, eu sou o dono”, depois que a mulher começou a receber o cartãozinho, “é meu cartão, eu que recebo”, ela passou a ter uma autoridade maiorzinha, né? “Agora eu tenho meu dinheirinho, esse dinheiro é meu, esse aqui eu que mando nele.” (Depoimento de RF Imperatriz).

Assim, como parte das técnicas e coordenadoras, a maioria das egressas entrevistadas também reconheceram que o Programa propicia uma certa autonomia para as mulheres. Nessa direção, as falas das egressas são carregadas de sentimentos de poder e de elevação da auto-estima, conforme é possível conferir: “Eu me sentia poderosa recebendo o benefício.” (Depoimento de RF São Raimundo); “Eu quando tava com meu cartãozinho eu ia lá ‘toda cheia’ na lotérica [...]” (Depoimento de RF Cidade Operária); “Quando era dia de receber o benefício eu ia lá toda orgulhosa, me sentindo muito importante.” (Depoimento de RF Anjo da Guarda); “A mulher é que decide, administra o dinheiro do Bolsa Família.” (Depoimento de RF Vila Bacanga); “Nem todo marido dá dinheiro pra mulher, ele compra é as coisas pra dentro de casa e com o Bolsa Família como o cartão é nosso a gente saca o dinheiro e gasta com o que precisa em casa.” (Depoimento de RF João de Deus); “Eu me sentia muito importante, né? Uma coisa especial, um programa... Era muito gratificante chegar ali todo mês pra receber nosso dinheirinho no meu nome. Eu me sentia vista [...]” (Depoimento de RF Bairro de Fátima).

O sentimento de valorização da mulher, expresso pelas egressas, foi bastante enfatizado. Percebeu-se que o fato de o Programa priorizar a mulher para ser a

¹² É o Benefício de Prestação Continuada destinado a pessoas com deficiências severas e a idosos a partir de 65 anos de idade e que vivam em famílias com renda per capita familiar inferior a ¼ do salário mínimo.

representante da família expressou para elas um reconhecimento da sua capacidade de administrar o benefício e de se relacionar com o Programa. Sentiram-se olhadas e valorizadas, impulsionando atitudes e comportamentos diante da família e da sociedade antes pouco evidenciados: a determinação do gasto do dinheiro, o enfrentamento de problemas junto às instituições responsáveis por operar o Programa, etc.

5 CONCLUSÃO

Nessa conclusão dois aspectos devem ser inicialmente ressaltados: a dificuldade encontrada para identificar e localizar os egressos do Bolsa Família para que a pesquisa empírica fosse realizada e a quase inexistência de estudos sobre os egressos do Programa. Os resultados da pesquisa demonstram também a pouca atenção atribuída aos egressos do Bolsa Família, na medida em que inexistem iniciativas sistemáticas para acompanhamento das famílias após seu desligamento por parte das instâncias institucionais operadoras do Programa. É como se o egresso não tivesse mais qualquer relação com o Programa, perdendo-se, assim, o vínculo capaz de revelar os impactos duradouros do Programa sobre o foco de sua intervenção. Essa omissão impede que se possa dimensionar os impactos que possam ser decorrentes do objetivo estratégico do Programa. Ou seja, não se sabe até que ponto, o Programa produziu ou não efeito duradouro nas condições de vida das famílias que passaram por ele, o que termina por considerar somente o caráter pontual e residual do maior Programa. Comprovando esse aspecto, a pesquisa concluiu que a principal mudança ocorrida foi na melhoria da renda das famílias, enquanto permaneceram no Programa, com repercussões positivas no padrão de alimentação e no acesso a outras condições imediatas necessárias para melhorias pontuais nas condições de vida das famílias. Todavia, na maioria dos casos, essas melhorias sofreram estagnação ou mesmo retrocesso com o desligamento das famílias do Programa.

Entre possíveis mudanças registradas na vida das famílias egressas do Bolsa Família no Maranhão, identificadas pela pesquisa, que podem ser consideradas duradouras só foi citada a educação, por estimular a permanência de crianças e jovens na escola; evitar a evasão e, possivelmente, elevar o número de anos de estudo de crianças e jovens das famílias, ainda que essa mudança decorra da busca de assegurar a continuidade de recebimento do benefício financeiro. Chamou atenção, todavia, não ter

sido mencionada qualquer preocupação com a qualidade do ensino disponibilizado às crianças e jovens do Bolsa Família.

Sobre a saúde, o impacto dimensionado na vida das famílias beneficiárias, sobretudo das egressas, foi pouco destacado, sendo apontados os limites com que essa política vem sendo operacionalizada, com repercussão no acesso e na qualidade do atendimento da população, verificando-se, inclusive, retrocesso no acesso aos serviços com o desligamento das famílias do Programa.

A pesquisa serviu também para reafirmar a inserção precária e instável das pessoas das famílias beneficiárias do Bolsa Família no mercado de trabalho, limitados a uma inserção, na sua grande maioria, no mercado informal, onde só lhes resta os trabalhos instáveis e de baixa remuneração. Essa é uma situação verificada antes e durante a inserção das famílias no Bolsa Família e que não foi alterada após seu desligamento do Programa. Em decorrência, termina estagnando ou até ocorrendo retrocesso nas condições de vida das famílias egressas que já não contam mais com a transferência monetária, mesmo que pequena, mas estável, propiciada pelo Bolsa Família, o que faz com que significativa parte dos egressos chegue a vivenciar situação de deterioração nas condições de manutenção de suas vidas.

O exposto permite reafirmar o pressuposto de que os PTRC e, especificamente, o Bolsa Família, têm sido incapazes de articular seus objetivos imediatos com os objetivos estratégicos contemplados no desenho desses programas. Os impactos decorrentes terminam por ficar limitados a situações demonstradas por indicadores como renda, taxa de matrícula e frequência ao sistema de ensino formal, número de controles médicos pediátricos e/ou ginecológicos, culminando com melhorias pontuais e imediata de condições de vida. Ademais, essas mudanças apresentam relativa sustentação somente enquanto as famílias estão inseridas no Programa, enquanto os objetivos estratégicos, que consistem em retirar famílias da situação de pobreza e melhorar suas vidas em questões básicas, entendidos aqui como mudanças duradouras e de longo prazo, não vêm sendo objeto de intervenção nem de avaliação do Bolsa Família. Na vida das famílias egressas, em certos casos, o que o estudo demonstrou foram retrocessos, inclusive nas suas condições imediatas de vida, em decorrência de não mais receber o benefício monetário que contribuía para a sobrevivência da família enquanto beneficiária. Ao deixar de receber o benefício monetário, na maioria dos casos, as famílias egressas não têm encontrado meios para manter o nível de renda de quando

inseridas. Por conseguinte, o estudo permitiu inferir não existir evidências de que o Bolsa Família venha produzindo mudanças duradoras, sendo registrado, em muitos casos, manutenção da situação de pobreza e ou de extrema pobreza ou retrocesso nas condições de vida dos egressos do Programa no Maranhão, desmistificando a ocorrência de autonomia das famílias, enquanto objetivo estratégico preconizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Matriz de Informação Social – MI Social**. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em:<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/grupo.php?g=88>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

_____. _____. Portaria GM/MDS n. 555 de 11 de novembro de 2005. Estabelece normas e procedimentos para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005. Seção 1, n. 222.

_____. _____. Portaria GM/MDS n. 344 de 21 de outubro de 2009. Altera a Portaria nº 555, de 11 de novembro de 2005, que estabelece diretrizes e critérios para a gestão de benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e fixa normas e procedimentos para a administração desses benefícios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009. Seção 1, n. 202, p. 68,

_____. _____. Portaria GM/MDS n. 617 de 11 de agosto de 2010. Estabelece normas e procedimentos para a revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Seção 1, n. 154, p. 54.

_____. _____. **Relatório de Informações Sociais: Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, DF, [2015]. Disponível em:<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Estudo sobre o Perfil das Famílias que sofreram repercussões sobre o benefício do Programa Bolsa Família em decorrência do processo de revisão cadastral**. Brasília, DF: SAGE/MDS, 2014. Sumário Executivo.

GUERRA; Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Rinnie Aidrin. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. Dez anos depois. São Paulo: Cortez, 2014. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos divulga o PIB do Estado do Maranhão:** período 2008-2012. São Luís, 2014. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/temp/docs/pib_pub_112014.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2014.

JESUS, Andrea Cristina Santos de. **Os egressos do Bolsa Família no Rio Grande do Norte:** avaliação de impacto do Programa sobre suas famílias e suas vidas. São Luís: GAEPP/UFMA, 2015 (relatório final de pesquisa).

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Qualificação e Emprego: uma avaliação de impactos do Planfor no Maranhão. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora; São Luís: GAEPP, 2008.

NEMES, Maria Ines Baptistela. **Avaliação em saúde:** questões para os programas de DST/AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Associação de Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001. (Coleção ABIA: fundamentos de avaliação, n. 1).

NEVES, Márcia Emília Rodrigues. **Proteção Social?!**: Bolsa Família e Trajetórias Sociais de Egressos. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília, DF: PNUD/IPEA/FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impactos do trabalho das ONG'S:** aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. **Os egressos do Bolsa Família no Maranhão:** quem são, como vivem e o significado do Programa para suas vidas. São Luís: GAEPP/UFMA, 2015. Mimeo.

_____. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa Avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, 2013, p. 19-108.

_____. Caracterização e problematização dos Programas de Transferência de Renda (PTRC) na América Latina e Caribe. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **Programas de Transferência de Renda.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 85-246.